

GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

Luta pela terra e produção de alimentos: a transformação do paradigma produtivo do MST

Tânia Mara dos Santos Bernardelli*
Antônio da Silva Câmara**

Resumo: Parte considerável dos problemas que contribui para a degradação socioambiental tem suas raízes na chamada Modernização Conservadora do Campo, introduzida no Brasil na década de 1960, que significou o crescimento das grandes indústrias nacionais e internacionais ligadas à agricultura, ou seja, o alastramento do capitalismo no campo. A política agrária “desenvolvimentista” partiu do princípio de que só a grande agricultura era rentável, confirmando a ideologia dominante da época colonial do país, o que tornou, intencionalmente, milhares de camponeses dependentes de instrumentos e insumos da grande indústria. O aumento dos danos causados pela “agricultura do lucro” impulsionaram os movimentos sociais rurais, em especial o MST, a adotarem um “novo” paradigma produtivo pautado nos princípios agroecológicos. A agroecologia, neste sentido, surge como uma resistência à agricultura convencional. Mas teria este modelo força suficiente para frear o modelo de desenvolvimento agrícola capitalista?

Palavras chave: Capitalismo; Agricultura; MST; Agroecologia.

1. A “modernização” conservadora do campo e seus impactos socioambientais

Se no contexto mundial a teoria da modernização agrícola esteve ligada ao processo de modernização da agricultura dos Estados Unidos e de seu modelo de desenvolvimento de agricultura “científica”, criado para ser exportado mundialmente, no Brasil o processo pode ser entendido como uma série de transformações tecnológicas e sociais, reflexos diretos do modelo estadunidense.

Segundo Martine e Beskow (1987), a industrialização agrícola brasileira teve sua origem na intensificação da implantação de um parque industrial extensivo, iniciado na década de 1950, com intenção de acelerar o processo de substituição de importações, porém, só obteve sucesso e foi de fato acionada a partir de 1964, dentro de um contexto político em que o governo brasileiro tinha como meta um rápido crescimento econômico.

Segundo Francisco Graziano Neto (1982), a chamada "modernização" da agricultura não passou de um processo de transformação capitalista da agricultura vinculado às transformações gerais da economia brasileira daquela época.

Assim, no campo ideológico, este processo serviu para atender os interesses do capitalismo: homogeneização da cultura e imposição das técnicas mais lucrativas desenvolvidas nas grandes metrópoles.

Gilberto Magalhães Rocha ressalta que a ideologia da modernização agrícola:

(...) como ramo especial da ideologia da modernização geral, é produto de um mesmo processo capitalista de produção; é uma mercadoria especial. A modernização, como simbolização de fenômenos complexos, é ideologia e processos capitalistas de dominação de todos os povos e culturas. Neste processo, a crença que lhe é subjacente é a homogeneização de todas as culturas à imagem e semelhança de suas metrópoles imperialistas, fundadas na manipulação da técnica destas culturas pela imposição dos "pacotes tecnológicos", que no caso da agricultura, se chamou "Revolução Verde" (ROCHA, 2000, p. 113).

A dicotomia entre cidade-campo, ou seja, o "moderno" e o "atrasado" (ao se referir ao tradicional), presentes nos discursos do governo e legitimado pelo meio acadêmico, inclusive a sociologia, através das teorias de modernização, facilitaram a instalação do modelo de industrialização no meio rural.

O discurso ideológico, que tomava como referência a realidade dos países desenvolvidos, colocava que o maior responsável pelo atraso do país era o campo, principalmente, por uma suposta rusticidade empregada nas técnicas de produção sendo necessário aceitar as práticas adotadas pelo Estado militar através de uma meta de desenvolvimento a ser atingida. Para isso, seria necessário observar quais os obstáculos que impediriam os países da periferia a alcançarem o nível de crescimento econômico dos demais países. Tratava-se de fazer esse ajuste para transformar o arcaico, rural e tradicional em moderno (MARTINE; GARCIA, 1987).

Esse modelo afetou profundamente as formas de técnicas tradicionais, privilegiando as formas "modernas" ou "empresariais" de produção agrícola (MARTINE; GARCIA, 1987), ao levantar a bandeira da "modernização", da renovação sócio-econômica do país e da elevação

dos padrões populares que não estariam condizentes com a do mundo “moderno”, cabe a pergunta: em benefício de quem foram propostas estas mudanças estruturais?

Ao estimular a industrialização do meio rural, o governo vinculou o produtor à indústria e privilegiou, através de subsídios à produção, os grandes e médios produtores. A agricultura passou a ser incorporada ao processo de acumulação capitalista: “surgiu o complexo agroindustrial, com o capital industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura” (MARTINE; BESKOW, 1987, p.20).

Assim, a política do Estado brasileiro permitiu que a agricultura, além de produtora de matérias-primas e alimentos, passasse também a funcionar como mercado para o parque industrial em termos de máquinas e de insumos agrícolas, estimulando o crescimento deste setor e, conseqüentemente, contribuindo para o aumento da concentração de renda da burguesia industrial.

No setor rural, os créditos foram destinados às culturas “dinâmicas”, que se voltavam à exportação e/ou agroindústria e que eram capazes de gerar uma demanda por maquinaria e insumos agrícolas e também gerar divisas ou dólares que permitissem importar bens que não produzíamos, ou seja, os processos de “modernização” do campo e da cidade estariam interligados, o favorecimento de uma elite, conseqüentemente, associava-se ao crescimento de uma outra (MARTINE; BESKOW, 1987).

A consolidação desse modelo agrícola foi fortalecida pela chamada “Revolução Verde”: pacote tecnológico e ideológico desenvolvido na década de 1960, mais especificamente a partir de 1963, pelos países do norte e que foi rapidamente assimilado pelos países do terceiro mundo, como afirma Rocha:

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo de internacionalização do capital correspondeu à internacionalização deste modelo de modernização agrícola denominado de “pacote tecnológico” agrícola sob o mito da “revolução verde”, estendido, inicialmente, a outros países ditos modernos, e, em seguida, aos países do terceiro mundo, como o Brasil (ROCHA, 2000, p.121).

Esse modelo tinha como meta garantir a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas, por sua vez, o aproveitamento dessas sementes estava condicionado ao uso integrado de máquinas e de insumos químicos. Para isso, os países que aderiram a este modelo foram induzidos a utilizar novas técnicas de correção de solos, fertilização, “combate” às “pragas” e “doenças”.

Esta expansão se deu pela combinação de três fatores principais “a própria difusão da “revolução verde” a nível mundial; a mudança da política de exportação de cereais do

governo norte-americano e a internacionalização da pesquisa agrícola” (BRUM *apud* Rocha, 2000, p.125). Era de interesse dos países centrais inserirem os países periféricos no círculo econômico, estes se tornariam consumidores de novos insumos, máquinas e tecnologias.

Ainda com os objetivos de se alcançar a “auto-suficiência alimentar” e a produção de um excedente agrícola negociável no mercado, o pacote da Revolução Verde, composto de sementes melhoradas, mecanização, insumos químicos e biológicos, prometia viabilizar a modernização de qualquer país, acelerando a produção agrícola através de sua padronização em bases industriais (MARTINE; GARCIA, 1987).

Assim, na década de 1970, o Brasil completou o seu pacote de insumos químicos: adubos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, além de um conjunto de variedades modernas, que serviam para um melhor aproveitamento desses insumos, sem se levar em conta todos os danos sociais, ambientais e econômicos que poderiam causar.

Neste período, diversos incentivos, no sentido de facilitar a obtenção de crédito, foram dados aos produtores para o consumo de insumos. Resoluções que se deram até o início da década de oitenta pelo governo brasileiro. Medidas estas que só favoreciam os agricultores que formalizavam suas propostas através de projetos técnicos os quais vinculavam a aplicação de aproximadamente 15% do orçamento em insumos modernos, essa aquisição deveria ser comprovada ao agente financeiro através de notas fiscais. O que beneficiou principalmente produtores que já dispunham de tecnologias modernas, tais como cana-de-açúcar, soja, laranja, algodão, café e arroz, (RUEGG *et al.* 1987).

Os agroquímicos, que tinham como objetivo evitar as perdas nas safras causadas pelas “pragas” e “doenças”, foram divididos em três grupos, de acordo com sua especificidade de uso: os inseticidas utilizados para o controle de pragas; os fungicidas, que controlam as doenças fúngicas; e os herbicidas, para o controle de ervas e plantas consideradas invasoras.

Num espaço de tempo de vinte anos, o uso desses produtos, no país, triplicou de tal forma que no ano de 1964 o consumo total desses produtos chegava a 16.000 toneladas, em 1984 esse consumo alcançou as 61.000 toneladas, um crescimento de 279% (RUEGG *et al.* 1987).

A agricultura brasileira viu-se mergulhada em um sistema cada vez mais dependente da indústria química, que aparentemente era eficiente e produtivo, tanto que, em seu primeiro momento de fomentação, pouco ou quase nada foi questionado pela sociedade e comunidade científica, muito pelo contrário, órgãos e escolas foram efetivados em prol da criação de “melhores” produtos para serem aplicados nas plantações.

O Estado brasileiro estendeu os paradigmas da modernização à pesquisa, ao invés de incentivar estudos agronômicos mais generalistas, investiu na especialização dessa área, voltando-se para o uso dos processos tecnológicos e químico-mecânico. Segundo Batista da Costa, os recursos para estes estudos provinham de grupos empresariais e fundações norte-americanas como *USAID*, Fundação *Ford*, Fundação *Rockefeller* e outras (COSTA *apud* ROCHA, 2000).

Segundo Martine e Garcia, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), se tornaram os símbolos da reprodução ideológica da modernização, redes de centros de pesquisa de produtos, de recursos e de estações experimentais foram implantados em quase todo território nacional, representando o vínculo agricultura-empresa e a centralização da pesquisa agropecuária (MARTINE; GARCIA, 1987).

Esta “revolução” foi incorporada não só à mentalidade dos agricultores, agrônomos e planejadores, mas também da população de uma forma ampla. Nas cidades houve uma mudança expressiva nos hábitos alimentares, onde produtos pouco adaptados às condições locais de cultivo foram introduzidos na mesa da maioria das casas.

No campo, a assimilação do processo “modernizante” também marcou a maneira como os agricultores encaravam as técnicas mais tradicionais, segundo Khatounian “no Brasil, até o início da década de 1990, para grande parte dos adeptos deste método de produção agrícola, seria mero contra-senso outro tipo de técnica que destoasse desse modelo convencional” (KHATOUNIAN, 2001, p.23).

Durante os anos 1970, houve um significativo aumento da força mecânica, junto a uma relativa estagnação do emprego da força de trabalho animal, essa rápida incorporação teve maior impulso entre os anos de 1970-75, anos que coincidem com os do “milagre brasileiro”, ou seja, quando as políticas de estímulo ao setor foram mais intensas.

No processo de mecanização, o trator foi um dos principais equipamentos modernos, este instrumento facilitou a ampliação da terra cultivada. Com o passar dos anos foram introduzidos no mercado tratores mais potentes com a finalidade de aumentar a capacidade de produção.

Por sua vez, a utilização de máquinas no país não aconteceu da mesma forma entre os grandes, médios e pequenos agricultores, por se tratar de uma tecnologia cara, só favorecendo parte destes, ou seja, quem tivesse maior poder aquisitivo.

Desta forma, a busca por uma homogeneização nas técnicas de produção foi sendo consolidada, quem não se encaixava no modelo de desenvolvimento proposto não conseguia competir no mercado, milhares de pequenos produtores rurais foram sendo “eliminados” pelos grandes latifúndios e empresários rurais¹. Com o pacote de subsídios os produtores maiores conseguiram reduzir os custos de produção e fixar o preço de mercado a um nível que os menores – sem subsídios – não alcançavam, e então quebravam.

A exploração familiar, entendida como “unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCH, 1993, p.15), pouco a pouco foi sendo substituída pela mão-de-obra assalariada. Tem-se agora o crescimento do número de trabalhadores volantes, como a formação de um grande exército de bóias-frias: trabalhadores rurais que ao perder sua terra foram assimilados para produzir nos grandes latifúndios de cana-de-açúcar ou outros tipos de empresa rural.

O crescimento do trabalho assalariado no campo foi visto com bons olhos ao se tratar de uma campanha desenvolvimentista no meio rural, embora a maior parte dos empregos gerados no campo fosse de natureza instável e mal remunerada.

Sobre este assunto, Manoel Correia Andrade (1979), observa que a tese dominante defendia que seria melhor a condição de assalariado para homem do campo, pois isto lhe asseguraria uma série de direitos já concedidos ao trabalhador urbano. Logo, não seria necessário fortalecer a pequena agricultura camponesa que, produzindo em pequena escala, não podia concorrer com a grande empresa capitalista moderna. Os anos subsequentes trataram de por abaixo este equívoco, que servia apenas como mera ideologia para legitimar o avanço da política agrícola voltada para o interesse das grandes empresas capitalistas.

A violência por parte dos grandes proprietários no campo, também aumentou, implicando na expulsão dos arrendatários e posseiros de terra, dando vazão para a expansão de novas fronteiras rurais.

Posseiros que ocupavam terras ociosas e praticavam algum tipo de agricultura itinerante, com o desmatamento e a limpeza do terreno, expropriado por grileiros, empresários ou latifundiários, tiveram que se deslocar mais para o interior, iniciando um novo ciclo de apropriação-assentamento-expropriação.

Muitos dos pequenos agricultores rurais, expulsos de suas terras, foram transformados em reserva de força de trabalho para empreendimentos de infra-estrutura (governamentais) ou

¹ Na maioria dos casos, essa expropriação foi realizada com base na violência privada através de jagunços a mando da elite rural, muitas vezes a jagunçagem atua associada à violência estatal a partir do momento em que o aparelho do estado é posto a serviço da formação e expansão do latifúndio.

negócios privados de agropecuária, extrativismo, mineração, ou mesmo em mão-de-obra barata para a formação e expansão de latifúndios (IANNI, 1986).

A “modernização” a que o meio rural foi submetido não se restringiu apenas a mudanças nas técnicas de produção, na substituição das técnicas tradicionais por “modernas”, do burro pelo trator, do estreme pelo adubo químico, da enxada pelo arado. A “modernização” significou muito mais que isso (NETO, 1982).

Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificam-se o uso do “bóia-fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais assalariada; os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais (NETO, 1982, p.26).

Analisando a situação da população rural com o término da ditadura militar e a continuação do processo de modernização no campo, pode-se afirmar que houve uma consolidação, sob uma nova face, dos padrões coloniais, isto é, o fornecimento e disponibilidade de mão-de-obra de fácil exploração e custo mínimo, resultando no processo de expulsão de trabalhadores rurais do campo e concentração fundiária.

Nos anos subsequentes esta situação foi agravada. Em 2009 o BRASIL bateu recorde mundial no consumo de agrotóxicos. Mais de um bilhão de litros de venenos foram jogados nas lavouras, de acordo com dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola, o que contribuiu para estender o debate para os campos de segurança alimentar, saúde pública e meio ambiente.

O modelo agrícola convencional passou a ser questionado pelos movimentos sociais rurais, ao exemplo do Movimento dos Sem-Terra (MST), que a partir do ano de 2000 adotou a Agroecologia como uma importante bandeira de luta.

2. A transformação do paradigma produtivo do MST

Fundado no município de Cascavel, no Estado do Paraná no ano de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasce em um período de transição política, após duas décadas de governo ditatorial.

As mobilizações sociais e a nova correlação de forças, decorrente das atividades dos organismos partidários, sindicais e populares contribuíram para colocar a reforma agrária como pauta fundamental do “novo” governo civil. Como reflexo das ações dos movimentos

sociais, em 1985, o governo brasileiro, através de seu representante José Sarney, propôs para “solucionar” as tensões sociais provocadas pela questão agrária, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Porém o PNRA gerou reações por parte da fração agrária da classe dominante que, em 1985, contrapondo-se ao Plano, fundou a União Democrática Ruralista (UDR). Além disso, para defender os interesses do setor dominante da agricultura, outros dois organismos, quais sejam, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) apresentaram representações oficiais (MACIEL, 2005).

Luiz Norder (2004) enfatiza que, nesse mesmo ano, a CNA organizou o Congresso Brasileiro de Reforma Agrária, com o objetivo de reforçar a união das entidades representativas em torno de seus interesses, em especial o de revisar o PNRA.

Após suas sugestões, aceitas por José Sarney, o PNRA deixou de ser uma proposta de estímulo à mudança social e transformou-se em mais um obstáculo jurídico à reforma agrária (...) a reforma agrária tornava-se difícil e lenta. A desapropriação por interesse social deixou de figurar como principal recurso do PNRA as áreas prioritárias não foram definidas e o governo federal centralizaria a decisão final sobre os Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRAs) (NORDER, 2004, p, 59).

Nesta conjuntura de avanços e retrocessos de conquistas políticas, o MST buscou desde seu início viabilizar os assentamentos rurais através de estratégias produtivas que permitissem a resistência dos trabalhadores rurais na terra.

No fim da década de 1980, o cooperativismo foi adotado como sua principal forma de organização do trabalho e da produção. Para a implementação deste projeto, o MST baseado nos princípios de sua “teoria de organização do campo”, constituiu uma estrutura organizacional de abrangência local, estadual e nacional incentivando, em diversas regiões do país, a criação de cooperativas de trabalho.

As cooperativas, como principal modelo de organização sócio-produtiva, adotadas pelo movimento passaram a ser consideradas formas superiores de empreendimento agrícola. Defendia-se que o trabalho desenvolvido em seu interior deveria ser conduzido por um novo sujeito (sem-terra), pautado por valores e práticas voltadas essencialmente para a vida coletiva. Para tanto, fazia-se necessário a superação de “vícios” contidos nas relações sociais e produtivas do campesinato.

Neide Esterici destaca que, a partir de 1985, no período de consolidação dos assentamentos de reforma agrária, o MST buscou ampliar o conceito de “sem-terra”. Para o movimento, esse sujeito não deveria ser visto apenas como o militante engajado nas ações de

ocupação e de acampamento, mas também como aquele que luta por direitos que vão além da conquista de parcela de terra. A autora destaca:

A segunda metade da década de 80 foi profícua em destacar assentamentos modelos, fundamentados na matriz de produção coletiva, em franca alusão ao projeto defendido pelas organizações ligadas à igreja, aos técnicos progressistas do Estado e às dificuldades dos recursos financeiros (ESTERCI, 1992, p. 11).

Para tanto, o MST montou uma estrutura organizacional visando o apoio produtivo e político-ideológico aos assentados de modo a que esses pudessem ser organizados de acordo com uma matriz de produção adequada à sua realidade. Assim, foram criados quatro setores que se articulavam em torno do projeto nacional do movimento: Setor de Frente de Massa, Setor de Formação, Setor de Educação e Setor de Produção.

Segundo Mitsui Morissawa, foi neste contexto que “começaram a discutir o desenvolvimento da cooperação agrícola como forma de resistência” (MORISSAWA, 2001, p.206).

Além dos setores acima citados, outras instâncias de representação foram criadas, nas quais seriam analisados os temas pertinentes à realidade dos assentamentos e traçadas as diretrizes gerais de atuação política e econômica (produção) do MST.

A partir de uma nova lógica de organização, novas práticas foram sendo implementadas nos assentamentos, principalmente no setor de produção, com a introdução do Sistema de Cooperativa dos Assentados (SCA) facilitado pela política governamental de crédito, a exemplo do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) criado em 1986 (BORGES, 2007).

Juliano Borges (2007) esclarece que a partir de 1989, a territorialização do MST ficou estagnada. Tal contexto impulsionou o movimento a adotar uma mudança de postura. “Toda atenção do MST voltou-se para a consolidação de sua estrutura organizacional e desenvolvimento de seu modelo de cooperação agrícola nos assentamentos” (BORGES, 2007, p.64).

Se até 1985, a organização dos assentamentos era constituída por pequenos grupos coletivos e de ajuda mútua, que tinham como ponto central de seu paradigma o pequeno grupo de cooperação voltado à organização contra as adversidades vivenciadas pela escassez e pobreza no campo, sem a mediação institucional formal homogênea para a realização de atividades (CONCRAB, 1999), a partir deste período, a organização coletiva passa a ser estruturada por associações de trabalhadores objetivando garantir melhor infra-estrutura

como: **compra de maquinários, insumos, ferramentas e acesso a créditos**, disponibilizados pelo Estado.

Este modelo, implementado por meio de associações, constituiu-se na principal forma de cooperação agrícola adotada pelo MST até 1989. Com a nova conjuntura política, o movimento voltou-se para a consolidação de um novo paradigma de organização da produção: o cooperativismo (BORGES, 2007).

O sistema de cooperativismo, por sua vez, fundamentou-se na proposta de organização baseada na produção mecanizada e na inserção no mercado. O uso de novas técnicas de produção e o acesso a recursos financeiros permitiu ao movimento aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a competitividade dos assentamentos rurais.

Através da formação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), almejava-se, assim, o desenvolvimento de relações de produção superiores àquelas tradicionalmente constituídas,

Diante de uma política econômica e agrícola que penaliza o pequeno agricultor, o assentado não pode se contentar com a conquista de um pedaço de terra. Há necessidade de encontrar meios que lhe possibilite ter acesso à recursos financeiros e técnicos, condições favoráveis de produção e comercialização, acesso à **técnicas de produção mais desenvolvidas e a mecanização**². Recursos, esses hoje, somente ao alcance dos grandes proprietários. É para proporcionar essas condições que estamos implementando a organização de cooperativas em nossos assentamentos (JST, 1991, p.02).

Morissawa (2001) analisa que, embora o modelo partisse de uma junção de experiências internacionais, em especial dos países da América Latina, a proposta de cooperativismo agrícola do MST, nesta fase, indicava um modelo uniforme para os assentamentos rurais centrado numa proposta com ênfase econômica³.

Segundo Borges (2007), a partir de 1989, com o aumento do número de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), o movimento criou, em nível estadual, as Centrais de Cooperativas dos Assentamentos (CCAs), que articulavam em um mesmo território as diversas experiências, sendo responsáveis tanto pela comercialização da produção, compra de insumos e máquinas, quanto pela obtenção de créditos e implantação dos projetos

² (Grifos nossos)

³ A proposta de desenvolvimento a partir da SCA estava ligada à implantação das Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), que pautava na organização coletiva da produção e estratégia de inserção no mercado. No campo econômico sua principal característica era a personalidade jurídica, a qual permitia a permitia entrar no circuito mercantil ao ser registrada.

agroindustriais. Para consolidar a organização cooperativista nacionalmente fundou-se, em 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

Dentre suas finalidades estavam: projetos de viabilidade financeira; estratégias de otimização das exportações da produção cooperativa; agroindustrialização e acréscimo de mais valor aos produtos dos assentamentos; e a manutenção da coerência da organização cooperativa aos princípios político-ideológicos do MST, como esclarece Borges:

“No âmago da cooperação agrícola adotada pelo MST estavam os fundamentos da teoria da organização no campo” (BORGES, 2007, p. 75). Esta teoria buscava a formação de novos sujeitos, organizados em torno de modernas “relações de trabalho”.

Borges argumenta ainda que “o novo sujeito “sem-terra” superaria as contradições inerentes ao individualismo capitalista, aperfeiçoando-se no processo de trabalho coletivo dentro das cooperativas” (BORGES, 2007, P. 75).

Esta postura objetivava organizar os assentados a partir de outra racionalidade sócioprodutiva voltada para o desenvolvimento econômico e a integração mercantil rompendo com a lógica de produção tradicional ou camponesa.

Sônia Bergamasco e Luiz Norder aproximam esta perspectiva de organização do MST das discussões teóricas de *Kautsky* no que tange:

[...] à noção Kautskiana da superioridade técnica do grande empreendimento agropecuário, e que os trabalhadores rurais deveriam organizar a produção em grande escala, em grandes unidades produtivas, ainda que em padrões cooperativos de participação social (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p.134).

A teoria de “organização do campo”, baseada nos princípios *Kaustikianos* tinha o objetivo de potencializar a cooperação agrícola nos assentamentos rurais, rompendo com um dos principais obstáculos para o desenvolvimento econômico: as características camponesas dos assentados, caracterizada por uma organização tradicional da produção, o que dificultava a formação de uma “consciência coletiva”, pois, o processo de trabalho era simplificado e individualista.

Assim, a matriz tecnológica moderna adotada nas cooperativas conteria “novas” relações de trabalho no campo, a exemplo de: racionalização de métodos, especialização de tarefas, utilização de máquinas e insumos químicos, agroindustrialização e integração no mercado, o que entrou em conflito com a realidade da produção agrícola nacional, como pondera Zander Navarro (*et al* 1999, p. 51):

[...] esta proposta transformada em diretriz oficial a partir de 1988, entrou em conflito com a realidade da produção agrícola e suas particularidades, com as características socioculturais dos assentados, com a dinâmica própria da vida rural e, também, com as dificuldades macroeconômicas impostas à atividade produtiva agropecuária.

Além da resistência cultural do assentado ao trabalho coletivo, o tipo de produção proposto mantinha vínculos de grande dependência a fatores externos: da indústria, no caso dos insumos agrícolas, e do mercado internacional, no caso do preço das *commodities*, o que tornava as cooperativas reféns da volatilidade do mercado, para escoamento e comercialização da produção.

A matriz tecnológica moderna passava a oferecer riscos econômicos para os assentamentos. Além de ser mais dependente de recursos externos, a rentabilidade para o montante de associados era reduzida, além da produtividade por área ser baixa. Isto tornava essa atividade econômica inadequada para a lógica da pequena produção camponesa (NORDER, 2004).

O Estado capitalista também teve participação nesta crise, ao atuar como agente financiador do paradigma de produção praticado nos assentamentos rurais⁴. Este contexto contribuiu para que em 1995, o MST redefinisse sua matriz tecnológica, incorporando “novos” princípios orientados, essencialmente, pela agroecologia, baseando-se, a partir de então, em métodos e tecnologias, voltados para o desenvolvimento rural sustentável.

O processo de transição, por sua vez, aponta para a transformação das bases produtivas e a inserção dos assentamentos em um novo paradigma econômico, pautado pela gradual modificação do modelo de agricultura conservadora.

2.1 Agroecologia: a bandeira ambientalista do MST

Frente ao processo de exclusão e degradação a que foram submetidos milhares de trabalhadores rurais no país, principalmente a partir da era da modernização do campo, novos modelos agrícolas vêm sendo propostos no intuito de se contraporem ao modelo agrícola convencional.

A agroecologia configura-se como o principal destes, ao ser concebida como uma alternativa técnica e também política para os pequenos e médios produtores rurais. Conceituada pelo sociólogo Eduardo Sevilla Guszmán, como:

⁴ A concepção de agricultura moderna adotada pelo estado brasileiro desde a partir de 1950 se reproduziu ao longo das décadas seguintes influenciando, principalmente através das linhas de créditos rurais, os assentamentos de reforma agrária.

Conjunto de formas alternativas ao estilo do manejo 'industrial', dos recursos naturais, que adotaram tecnologias de natureza ecológica no sentido de pretender proporcionar o acesso aos meios de vida, tentando recuperar, na medida do possível, a inevitável deteriorização causada pela artificialização da natureza (GUZMÁN, 2002, p.28).

Este modelo vem orientando os "novos" princípios de organização social e produtiva de movimentos sociais rurais, a exemplo do MST, da CPT e da Via Campesina, que buscam a construção de um novo paradigma voltado à sustentabilidade socioambiental e produtiva dos assentamentos rurais.

Segundo Canrobert Costa Neto e Flaviane Canavesi (2002), a perspectiva agroecológica foi introduzida oficialmente na pauta do MST após a realização do 3º Congresso Nacional, realizado em 1995, em Brasília. "De 1995 em diante, o discurso político do MST passou a intensificar o conteúdo em favor da sustentabilidade" (NETO, CANAVESI, 2002, p. 209).

Neste evento, o MST divulgou a visão de um novo tipo de reforma agrária, no qual se passa a perceber uma forte preocupação com as questões do desenvolvimento, mas notadamente o rural agrícola, a ser implementado de forma 'auto-sustentável' levando em conta o "desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade brasileira, preservando e recuperando os recursos naturais, com base na produção familiar cooperativada" ((NETO, CANAVESI, 2002, p. 208).

Segundo Borges (2007), neste mesmo ano, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra passou a integrar a Via Campesina (rede de cooperação internacional de organização camponesa), como forma de realizar alianças estratégicas e construir uma plataforma mais ampla de debate político.

A posição política da Via Campesina, em relação a um "desenvolvimento rural social e ecologicamente sustentável" (JST, 1995, p.14), contribuiu para reforçar no MST o paradigma da sustentabilidade agrícola.

A partir de então o cooperativismo vem passando por uma reconstrução conceitual, incorporando, ainda que de forma tímida, a matriz de produção sustentável. Já as cooperativas em processo de implantação estão sendo criadas de acordo com os princípios agroecológicos (BORGES, 2007).

Em seu 4º Congresso Nacional, no ano de 2000, a agenda política do Movimento passou a assumir a agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais, o que lhes conferiu mais um desafio, o de incentivar o processo de transição

agroecológica, como principal caminho para a construção de uma “reforma agrária sustentável”, embora continue apontando suas limitações frente ao sistema capitalista.

Com esta nova bandeira de luta, as experiências agroecológicas nos assentamentos rurais ao longo destes anos, vem-se ampliando por todo o país, muitas vezes de forma tensa e conflituosa, reforçando seu caráter dialético.

Considerações finais

Baseando-se nas reflexões já realizadas neste trabalho analisa-se que, dentro da proposta da sustentabilidade rural, a agroecologia, embora possível de ser praticada no sistema capitalista, não rompe com as velhas estruturas produtivistas, responsáveis por grande parte do processo de degradação humana e ambiental da sociedade atual, embora, busque fortalecer os grupos de pequenos produtores rurais, seja através do desenvolvimento de uma nova percepção ambiental, que trata de internalizar os valores de co-dependência entre ser humano e natureza, seja através da tentativa de tornar estes agricultores menos dependentes de recursos externos, ou seja, da grande indústria agroquímica.

Desta forma, a agroecologia deve ser reconhecida enquanto um modelo de resistência, de contraposição ao modelo agrícola industrial. Embora não seja o suficiente para desmontá-lo dentro dos atuais modelos econômico e político.

Por isso a importância de não se pensar as experiências agroecológicas como intervenções e conquistas pontuais, analisando-se simplesmente se deram certo ou errado em nível local, mas é preciso pensar a economia política do país, as questões que estão postas como prioritárias no atual sistema econômico. Por mais que a agroecologia se proponha a contribuir para a preservação ambiental, e de fato vem tendo uma contribuição expressiva, o avanço que conquistou na sociedade capitalista não tem sido capaz de minimizar os efeitos negativos da agricultura convencional, como a expansão do agronegócio, expropriação de terras das populações tradicionais e étnicas, degradação ambiental, perda da biodiversidade, dentre outras problemáticas intrínsecas ao modelo econômico vigente.

Referências

- BORGES, Juliano Luis. *A transição do MST para a Agroecologia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2007.
- ESTERCI, Neide, *et al.* Assentamentos Rurais: Um Convite ao Debate. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Vol. 22, set/dez, 1992.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. A Perspectiva Sociológica em Agroecologia: Uma Sistematização de seus Métodos e Técnicas. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, nº.1, 2002, vol. 3.
- IANNI, Octávio. *Ditadura e Agricultura: O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia 1964- 1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- JST* (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, Nº 101, ano X, 1991.
- JST* (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, Nº 101, ano XIV, 1995.
- KHATOUNIAN, Carlos Armênio. *A Reconstrução Ecológica da Agricultura*. Botucatu, São Paulo: Agroecológica, 2001.
- LAMARCHE, Huesgues (Coord.). *A Agricultura Familiar*. Campinas: Unicamp, 1993.
- MACIEL, Caio. Reforma agrária, movimentos sociais e agricultura sustentável no Brasil. In: *Revista de geografia do programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco*, Vol. 02, nº 01, 2005.
- MACIEL, David. Questão Agrária e Política no Governo Sarney e na Constituinte (1985-1990). *Guanicuns, Revista da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns*. FECHA/FEA, Goiás, nº 2, 2005.
- MARTINE, George; BESKOW, Paulo Roberto. O Modelo, os Instrumentos e as Transformações na Estrutura da Produção Agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 2001.
- NAVARRO, Zander; MORAES, Maria; MENEZES. RAUL. Pequena História dos Assentamentos Rurais do Rio Grande do Sul: Formação e Desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonel de S; LEITE. Sérgio (Org). *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

NETO, Francisco Graziano. *Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NETO, Carobert; Canavesi, Flaviane. Sustentabilidade em Assentamentos Rurais. O MST rumo à "Reforma Agrária Agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, Hector (Org). *Ecologia Política, Natureza, Sociedad e Utopia*. México: CLACSO, 2002.

NORDER, Luiz A. *Política de Assentamento e Localidade: Os Desafios da Reconstituição do Trabalho Rural no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

ROCHA, Gilberto Magalhães. *A ideologia da Modernização*. João Pessoa: Universitária, 2000.

RUEGG, Elza Flores *et al.* Impactos dos agrotóxicos sobre o ambiente e a saúde. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho (org.). *Os impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.